

Título: Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008)

Autor: Cícero Péricles de Oliveira Carvalho

Instituição: Professor do Programa de Mestrado em Economia Aplicada da Universidade Federal de Alagoas/UFAL

Área 9: Economia Regional e Urbana

Palavras-chave: Nordeste, crescimento, desenvolvimento, mudanças

Keywords: Northeast, growth, development, changes

JEL: R-11

RESUMO

O período 1960/2000 ficou marcado na economia nordestina pelas taxas positivas de crescimento e progressiva articulação à economia brasileira. As quatro décadas correspondem a etapas distintas desse período: 1960, de expansão; 1970, de continuidade do crescimento; 1980, de desaceleração e 1990, de mais desaceleração e crise. Na primeira década do século XXI, o Nordeste volta a crescer em sintonia com a economia nacional. Nesse período recente, a renda da massa assalariada e dos segmentos mais pobres teve um ritmo positivo, decorrente do crescimento da economia regional, formalização de trabalhadores assalariados, ganhos reais do salário mínimo e aumento das transferências de renda. Essa elevação da renda foi acompanhado dos novos instrumentos financeiros decorrente da "bancarização", do crédito consignado e do microcrédito produtivo. O resultado é a elevação do consumo, com quatro anos de taxas positivas seguidas. Esse desempenho econômico, aliado à elevação da renda dos assalariados e da população de renda mais baixa, e às políticas sociais, gerou um outro fenômeno: a diminuição das desigualdades sociais. No entanto, a "questão regional" nordestina segue presente por todas as desigualdades e assimetrias em relação as demais regiões. O Nordeste necessita desenvolver a infraestrutura, ampliar as políticas sociais, atraindo os empreendimentos privados no mesmo ritmo dos últimos anos, para assim manter a singularidade desta década - o crescimento econômico com diminuição das desigualdades.

ABSTRACT

The Northeastern economy has been growing since 1960, increasingly more articulated with the Brazilian economy, at rates that are higher than the national rates. And in the first decade of the twenty-first century, it continues to evolve in a positive way. Recently, the income of the salary-earning masses and of the poorer segments had a significant increase, resulting from the combination of the growth of the regional economy, the formalization of the salary-earning workers, the actual earnings of the minimum wage and the increase in the transfer of income. This evolution of the income was accelerated with the arrival of new financial tools arising from *bancarização* (low income people's access to banks), from the *crédito consignado* (paycheque-deductible loans) and from productive microcredit. The result is a consumption boom, with four years of positive rates, consecutive and above the national average. The economic growth, added to the increase in the popular income and to the broader social politics, generated another important phenomenon: the decrease in social inequalities. However, the growth of the region, like decades ago, continues to happen, in a concentrated manner, in the metropolitan areas of the capital cities, and the impact of the increase in popular income tends to lose its strength. In order to keep the singularity of this decade – economic growth with decrease in inequalities – the Northeast needs to develop a better infrastructure and keep attracting private investments at the same rate as the last years.

NORDESTE: SINAIS DE UM NOVO PADRÃO DE CRESCIMENTO (2000/2008)

INTRODUÇÃO. Primeira região de ocupação demográfica do país, o Nordeste possui uma vasta literatura interpretativa de seu passado de cinco séculos, na qual se revelam capítulos de uma rica história econômica.¹ No processo da “formação do complexo nordestino”, segundo a expressão de Celso Furtado, a cana-de-açúcar, a pecuária e o algodão ajudaram a estruturar a economia, sobretudo no período colonial. A partir da segunda metade do século XIX, a indústria têxtil e a urbanização iniciaram um movimento de superação dessa realidade. Décadas depois, ocorrerá a integração do Nordeste à dinâmica nacional, tendo como centro de referência o processo de industrialização da região Sudeste.

Dentro dessa nova conjuntura, – com o país se industrializando e o mercado interno comandando a dinâmica econômica –, as disparidades dos níveis de renda e do ritmo de crescimento entre essas duas regiões fizeram surgir o debate sobre a “questão regional” que, na época, tinha o mesmo sentido de “questão nordestina” (VIDAL, 2004). Numa tentativa de enfrentar essas desigualdades, um conjunto de instituições federais foi criado: a Chesf, em 1945, para construir a infra-estrutura na oferta de energia elétrica; o DNOCS (antigo IFOCS), também em 1945, para superar o problema das estiagens prolongadas; a Codevasf, em 1947, para desenvolver o vale do São Francisco; o BNB, em 1952, para apoiar a economia do semi-árido; e, por último, a Sudene, em 1959, para planejar o desenvolvimento da região (CARDOSO, 2007).

A partir da segunda metade do século XX, com o processo de industrialização comandado pela Sudene, o Nordeste expandiu e transformou sua estrutura produtiva. Nas décadas seguintes, “o lento crescimento que, durante muitas décadas, caracterizou o ambiente econômico nordestino, foi substituído pelo forte dinamismo de numerosas atividades que se desenvolvem na região” (ARAÚJO, 2002, p.2). Na análise sobre o desenvolvimento regional, desse mesmo período, Leonardo Guimarães Neto defende que essa região conheceu quatro fases bem distintas na sua trajetória entre 1960 e 2000. Em todas essas etapas, o desempenho de sua economia “seguiu de perto a evolução da economia brasileira, crescendo quando esta última cresce e reduzindo a intensidade do seu nível de atividades quando a economia nacional registrava desaceleração” (GUIMARÃES NETO, 2004, p.155).

Patrocinado pelos investimentos estatais, o movimento de integração econômica realizou a passagem do domínio da *articulação* meramente *comercial* entre as regiões brasileiras, predominante nas décadas anteriores, para a *integração produtiva* e a incorporação físico-territorial da era Sudene, agregando a dinâmica nordestina às tendências gerais da economia nacional. Essa trajetória foi aberta com a *fase inicial de expansão*, nos anos 1960, quando beneficiado, em parte, pelo planejamento regional –, recebeu investimentos básicos, sobretudo em rodovias e energia elétrica, crescendo a uma taxa média de 4,4%. Nos anos 1970, apoiado pelo “milagre econômico” e pelos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) vem a *fase de continuidade do crescimento*, na qual os investimentos de infra-estrutura foram complementados pelos empreendimentos produtivos, principalmente os industriais, e a região se expande a uma taxa anual de 9,4%. Os anos 1980 correspondem à *fase de desaceleração*, coincidindo com a crise fiscal e financeira, que causou um impacto negativo. A taxa média diminuiu, então, para 4,3%. No entanto, nos anos 1990, o Nordeste, refletindo a instabilidade econômica e a experiência da desregulamentação e da abertura econômica, obteve taxas menores que nas décadas anteriores, uma média de 2,6%, configurando a *fase de continuidade da desaceleração e crise* (ibidem, p. 153-154).

As condições econômicas da última década desse período se distanciaram significativamente da base produtiva nordestina dos anos 1950, alterando-a quase por completo. Um total de 3.052 projetos foram aprovados pela Sudene no período 1974/2000, concentrados nas áreas metropolitanas das capitais

¹ Sobre a formação da região Nordeste, ver: ANDRADE, Manuel Correia. *A Terra e o Homem no Nordeste*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005; GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Introdução à formação econômica do Nordeste*. Recife: FJN/Massangana, 1989; OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma Re(li)gião, Sudene, Nordeste*. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000; ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Nordeste, Nordestes: que Nordeste?* Recife: Fundaj, 2002; FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana Sobre a Vida e a Paisagem...* 7.ed. Rio de Janeiro: Global, 2004; ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006; CARVALHO, Otomar. *A economia política do Nordeste. Secas, irrigação e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Campus, 1988; MENEZES, Djacir. *O Outro Nordeste*. 3. ed. Fortaleza: UFC, 1995

dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. O Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) financiou as principais indústrias que se instalaram na região, liberando R\$15,8 bilhões para projetos, que, somados a contrapartidas, a outros empréstimos ou a recursos privados, geraram um investimento total de R\$68,4 bilhões (SUDENE, 2001).

O PIB do Nordeste, entre 1960 e 1990, passou de US\$ 8,6 bilhões para US\$ 91,4 bilhões. Os investimentos produtivos (públicos e privados) na região elevaram seguidamente sua participação no PIB nacional, saltando de 12%, em 1960, para 17%, em 1990. Esse crescimento do Nordeste em relação ao país teve outra característica importante, a radical transformação no perfil de sua estrutura produtiva. No espaço de três décadas, o setor agropecuário – que representava 41% da riqueza regional em 1960 – ficou reduzido a somente 14,4% dessa participação. O setor industrial, que tinha 12% do PIB regional, alcançava 28,2%, em 1990. E o setor de serviços cresceu de 47% para 57,4% (ALMEIDA; ARAÚJO, 2004). Terminado o período de intervenção da Sudene, as atividades urbanas (indústrias e serviços) passaram a ter muito mais importância na composição da produção nordestina que as atividades agropecuárias.

No entanto, o crescimento econômico, ao longo de várias décadas, quase não alterou os traços mais fortes da região: a distribuição de renda e de terra desiguais, o baixo índice de desenvolvimento humano e a concentração espacial da indústria na faixa litorânea, localizada principalmente nas capitais dos estados maiores. Entre 1970 e 1990, os indicadores sociais apontam avanços, mas estes a mantêm distante da média nacional, no que diz respeito aos índices de esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil e alfabetização. Entre 1970 e 1990, o número de pobres aumentou de 19,4 milhões para 23,7 milhões, e sua participação no total de pobres do país subiu de 43,5% para 53% (ALMEIDA; ARAUJO, 2004). Enquanto a economia crescia a taxas mais altas que a média nacional, o Coeficiente de Gini, refletindo o modelo econômico adotado, teve um desempenho contrário ao nacional².

BRASIL/NORDESTE: COEFICIENTE DE GINI (1970/2000)

	1970	1980	1990	2000
BRASIL	0,639	0,611	0,602	0,566
NORDESTE	0,596	0,618	0,622	0,576

Fonte: IBGE (2000) apud ALMEIDA; ARAÚJO (2004)

O PERÍODO RECENTE (2000/2008). O crescimento econômico do Nordeste nos primeiros anos do século XXI vem despertando o interesse dos estudiosos devido às suas taxas médias positivas, e a fenômenos como: elevação da renda dos segmentos mais pobres, aceleração do consumo e redução das desigualdades sociais. Essa evolução, segundo a economista Tânia Bacelar, possui outra característica original: "É a primeira vez, desde o ciclo do açúcar, que a região passa por um processo de crescimento ancorado no setor privado"³. Essa combinação de crescimento econômico com distribuição de renda configura-se numa fase particular, ainda em construção, na história regional desde a criação da Sudene. As evidências desse movimento na economia nordestina têm sido registradas nas pesquisas regulares de organismos federais, como o IBGE e o Ipea; nos documentos da rede financeira estatal, como o BNDES e o Banco do Nordeste; em publicações de instituições com forte presença na região, como o INSS e o Ministério do Desenvolvimento Social; nos artigos acadêmicos; e nas reportagens dos meios impressos de circulação nacional.

Em abril deste ano, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) publicou um encarte da *Revista Indústria Brasileira*, dedicado ao Nordeste. A manchete principal, "Crescimento acima da média do país", revela o conteúdo das análises dos perfis estaduais que, abordando cada uma das unidades nordestinas, demonstra uma nova fase que a região está vivenciando (CNI, 2008). Entre os anos de 1987 e

² Sobre as desigualdades de renda ver: BARRETO, F. A.; JORGE NETO, P.; TEBALDI, E. Desigualdades de renda e crescimento econômico no Nordeste brasileiro. *Cadernos Estudos Econômicos*, n.37, julho 2001. UFC, Fortaleza. SILVEIRA NETO, R. M.; GONÇALVES, M. B. C. Mercado de trabalho, transferência de renda e evolução da desigualdade de renda no Nordeste do Brasil. In: XII Encontro Regional de Economia – Anpec Nordeste, 2007, Fortaleza. *Anais do XII Encontro Regional de Economia*, 2007.

³ Revista Exame, N.891 (30/04/2007).

2005, o Nordeste obteve uma taxa média de 2,7% do Produto Interno Bruto, enquanto a nacional foi de 2,2%. Entre 1996 e 2005, o Valor da Transformação Industrial (VTI) do Nordeste teve uma elevação de 25,7%, subindo sua participação na indústria brasileira de 7,5% para 9,3% (CNI, 2008).

As informações sobre esse fenômeno recente vêm se somando ano a ano. Desde 2005, o Banco do Nordeste, por meio da *Revista BNB Conjuntura Econômica*, acompanha regularmente a evolução da economia nordestina, sistematizando as informações sobre o desempenho de cada uma das unidades federadas e do conjunto regional. No primeiro número, a *Revista* destacava os resultados positivos alcançados, nos anos 2004/2005, por todos os estados e, naturalmente, para a região (BNB, 2005). Os números seguintes da *Revista* vieram a confirmar uma série de evidências sobre o crescimento do Nordeste, agora sob um novo padrão de evolução na economia.

As informações do BNB tiveram seqüência no final de 2007. Nesse ano, o IBGE, utilizando uma nova metodologia na pesquisa *Contas Regionais*, apresentou os resultados do Produto Interno Bruto de todas as unidades brasileiras, demonstrando que a evolução da economia dos estados nordestinos no período 2002/2005 era positiva (IBGE, 2007).

NORDESTE: PIB 2002/2005 (em milhões de R\$)

ESTADOS	2002	2003	2004	2005
Bahia	60.672	68.147	79.083	90.943
Pernambuco	35.251	39.308	44.011	49.904
Ceará	28.896	32.565	36.866	40.929
Maranhão	15.449	18.489	21.605	25.326
Rio Grande Norte	12.198	13.515	15.580	17.862
Paraíba	12.434	14.158	15.022	16.864
Alagoas	9.812	11.210	12.891	14.135
Sergipe	9.454	10.874	12.167	13.422
Piauí	7.425	8.777	9.817	11.125
NORDESTE	191.592	217.037	247.043	280.504

Fonte: IBGE (2007)

No começo deste ano, um artigo da *Revista Nordeste Econômico* apresentou um estudo prospectivo, no qual a economia do Nordeste, depois de obter, em 2007, uma taxa média de crescimento próxima à brasileira, deverá superar a taxa nacional prevista (4,50%), com quase todas as unidades alcançando um desempenho melhor que o brasileiro: Maranhão (9,27%), Pernambuco (5,08%), Bahia (4,93%), Rio Grande do Norte (4,81%), Piauí (4,65%), Ceará (4,65%), Sergipe (4,59%). Apenas Paraíba (4,49%) e Alagoas (4,21%) ficariam com índices próximos, porém, abaixo dessa média regional⁴.

Esse novo quadro econômico com taxas positivas, os investimentos privados e a elevação de consumo dos segmentos de renda mais baixa têm sido fatores de repercussão midiática do Nordeste nos últimos anos. Em 2006, quase simultaneamente, as principais publicações nacionais registraram esse fenômeno. A revista *Isto É Dinheiro* fez o primeiro diagnóstico jornalístico para o crescimento nordestino.⁵ Em seguida, a revista *Exame* confirmava esse destaque regional.⁶ Logo a seguir, a revista *Veja*, em matéria especial sobre a economia nordestina, cunhava a expressão “consumo chinês” para o fenômeno regional⁷. E para reafirmar essa tendência, o jornal *Valor Econômico*, em editorial, declarava como sustentável essa nova fase.⁸

⁴ Revista *Nordeste Econômico* (Recife, Vol.6, Ano 2, fev. 2008, p. 11) “Economia do Nordeste volta a crescer mais que a do Brasil”

⁵ Revista *Isto É Dinheiro*. n.447. (12/04/2006). “Nordeste tem a força. A região cresce acima da média nacional, atrai projetos bilionários e pode definir a sucessão”.

⁶ Revista *Exame*. N.891 (30/04/2007) “Nordeste: onde o Brasil cresce mais rápido”.

⁷ Revista *Veja*. N.1969 (16/08/2006) “A economia do Nordeste vive uma fase dourada, com aumento chinês no consumo”.

⁸ Jornal *Valor Econômico* (18/07/2007) “Norte e Nordeste vivem ciclo de forte crescimento”.

Esse fenômeno de crescimento está conectado ao período anterior, os anos 1990. Nessa época, em meio a uma fase marcada pelo processo de liberalização da economia nacional e pela ausência de uma política de desenvolvimento industrial, com o esvaziamento da instituição coordenadora do planejamento regional, os maiores estados nordestinos, como Bahia, Ceará e Pernambuco, iniciaram uma estratégia de concessão de incentivos, a conhecida “guerra fiscal”. Essa política de atração de indústrias, por meio da renúncia dos tributos, logo depois seria adotada pelos demais estados.

A iniciativa coincidiu com um período no qual indústrias do Sul e do Sudeste buscavam resolver problemas de deseconomias de aglomeração nos grandes centros, saindo de espaços saturados para baixar custos de produção em outras regiões. Muitas empresas intensivas de mão-de-obra, como as das indústrias têxtil e de calçados, deslocaram-se para o Nordeste, aproveitando os salários mais baixos. Essa estratégia, combinada à proximidade de fontes de matéria-prima, infra-estrutura local e desenvolvimento de novos mercados, foi o fato positivo numa década de dificuldades para a economia nordestina.

Como todas as unidades federadas, mesmo fora do Nordeste, passaram a conceder incentivos semelhantes, as facilidades foram relativizadas e, na prática, a “guerra fiscal” rapidamente foi enfraquecendo até esgotar seu ciclo inicial. Mas a perda de importância dos mecanismos fiscais não significou queda de dinâmica nos investimentos do Nordeste. Segundo dados do BNB, os empreendimentos privados financiados pela instituição, concentrados nas três maiores economias, passaram de R\$ 222 milhões, em 2002, para mais de R\$ 5 bilhões, em 2007 (BNB, 2008).

NORDESTE: CONTRATAÇÕES DO FNE POR ESTADO (2002/2007) (R\$1000)

ESTADOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Bahia	76,1	272,3	745,5	1.054,0	1.098,0	1.502,0
Ceará	35,7	287,3	482,5	710,0	492,0	824,0
Pernambuco	13,0	79,4	437,4	649,0	629,4	898,0
Piauí	16,8	43,3	319,4	315,0	211,3	281,0
Rio Gr. Norte	15,5	43,2	242,6	347,0	245,4	319,0
Maranhão	21,0	91,7	225,0	477,0	240,2	352,0
Sergipe	19,4	70,3	174,8	264,0	117,1	250,0
Paraíba	11,6	63,2	171,0	362,0	253,6	349,0
Alagoas	13,2	28,2	173,4	292,0	178,0	231,0
NORDESTE	222,3	978,7	2.971,5	4.470,0	3.932,0	5.385,0

Fonte: BNB (2008)

No mesmo período, as liberações de recursos realizadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para a região nordestina passaram de R\$ 2,73 bilhões, em 2000, para R\$ 5,3 bilhões, em 2007, concentrados, outra vez, nos estados da Bahia, Ceará e Pernambuco; centralizadas em setores como: turismo, petroquímico, comércio de bens de consumo, construção civil e agroindústria, principalmente na fruticultura e na produção do biocombustível (BNDES, 2008).

Dessa forma, ampliou-se uma distorção já existente, que é a concentração geográfica interna. O Nordeste construiu suas principais cidades no litoral, onde investiu em infra-estrutura e concentrou a base produtiva. Na faixa oriental entre Recife, Fortaleza e Salvador, estão 20 milhões de pessoas e 90% do PIB da região (ARAÚJO, 2008).

Como as economias nordestinas são assimétricas, as unidades maiores e as mais ricas saíram na frente. Com melhores condições financeiras, realizaram investimentos em infra-estrutura; desenvolveram novos pólos agrícolas e industriais; receberam grandes empreendimentos imobiliários voltados para o turismo; e aumentaram a distância em relação aos mais pobres, ampliando, dessa maneira, a concentração espacial da riqueza regional. Hoje, as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador têm mais população e renda do que os estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe.

A economia nordestina segue obtendo bons resultados, mesmo depois do esgotamento do modelo de atração por intermédio exclusivo do incentivo fiscal. No começo deste ano, no Relatório tradicionalmente apresentado aos empresários brasileiros, a Consultora Deloitte aponta que as atividades consideradas tradicionais na região, como os setores de serviços e de turismo, além das indústrias têxtil,

sucroalcooleira e de alimentos e bebidas, têm continuado a receber investimentos. O Relatório da Consultora apresenta, além disso, um levantamento econômico por Estado, registrando outra realidade que vem transformando a economia nordestina, tornando-a mais atrativa, tanto por sua diversidade industrial, como também pelo crescimento significativo da indústria petroquímica, do comércio de bens de consumo, das atividades de comércio exterior e das oportunidades de investimentos em áreas como a de biocombustíveis. No Relatório também consta que, além da melhoria na infra-estrutura portuária, estimulando a competitividade das empresas locais e facilitando o escoamento da produção para destinos internacionais, vários fatores contribuíram para impulsionar a região nos últimos anos, como: o contexto macroeconômico estável, a proximidade de fontes de matérias-primas, a média salarial praticada e a disponibilidade de incentivos fiscais que têm contribuído para a atração de investimentos estrangeiros e a migração de indústrias de outras regiões do País (DELOITTE, 2008).

Mais recentemente, a economia nordestina vem se projetando pelo fortalecimento e/ou surgimento de áreas com estruturas modernas que comandam a dinâmica regional: o complexo Petroquímico de Camaçari; o pólo agro-industrial da agricultura irrigada de Juazeiro-Petrolina; o complexo minero-metalúrgico do Maranhão; a moderna agricultura do cerrado que se estende da Bahia ao Piauí e Maranhão; o pólo têxtil e de confecções do Ceará; o pólo de confecções do ageste pernambucano; os pólos calçadistas espalhados por diversos estados; a área de fruticultura irrigada do Vale do Açu, no Rio Grande do Norte; os diversos pólos turísticos implantados nas cidades litorâneas; e os pólos tecnológicos de Campina Grande, Ilhéus e Recife.

Os benefícios iniciais gerados pela “guerra fiscal” juntamente com os investimentos em infra-estrutura, nos anos 1990, permitiram, na década atual, o aproveitamento de uma conjuntura econômica nacional em condições mais favoráveis que nas décadas anteriores⁹. Esse aproveitamento pode ser constatado pelo desempenho regional, traduzido pelos dados recentes dos indicadores econômicos, principalmente geração de emprego formal, consumo de energia elétrica, ampliação das exportações e crescimento de setores importantes, como o turismo e o agronegócio.

Emprego. Essa etapa atual de crescimento econômico nordestino tem permitido uma ampliação do mercado formal de trabalho, aumentando o número de assalariados com contrato de trabalho em 40%. Entre 2000 e 2006, o Nordeste ampliou em 1,8 milhão o número de novos contratos formais de trabalho, o que garante tanto uma presença forte na geração de emprego do país, como um aumento da renda familiar média dos trabalhadores da região.

NORDESTE: EMPREGOS FORMAIS (2000/2006)

	2000	2002	2004	2006
Extrativa Mineral	20.070	23.919	23.391	33.672
Indústria de Transformação	585.147	646.507	734.227	838.265
Serviços Industriais Públicos	58.725	63.366	65.702	65.561
Construção Civil	208.622	208.486	209.000	267.109
Comércio	628.678	712.138	827.756	974.741
Serviços	1.177.402	1.331.839	1.441.667	1.630.441
Administração Pública	1.526.055	1.677.588	1.864.022	2.133.748
Agropecuária	169.994	195.554	228.965	234.372
TOTAL	4.374.850	4.859.397	5.394.730	6.185.903

Fonte: MTE/RAIS (2008)

Segundo a RAIS/Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho, essa evolução no mercado está marcada pelo aumento de novos postos de trabalho quase exclusivamente no mundo urbano, a exemplo das vagas abertas na indústria de transformação (250 mil novos empregos), comércio (346 mil novos postos), serviços (450 mil) e administração pública (600 mil).

⁹ Sobre as políticas de incentivos fiscais no Nordeste ver: HOLANDA, M. C.; PONTES, P. A.; VIANNA, P. J. R. *A política de atração de investimentos industriais do Ceará: uma análise do período 1995-2005*. IPECE, Fortaleza, 2006; ROCHA, A. G. T.; AMARAL FILHO, J.; MELO, M. A. C. As políticas de incentivos fiscais dos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco: algumas evidências institucionais. In BERNAL, C. (org.) *A economia do Nordeste na fase contemporânea*. Fortaleza: UFC, 2006; LIMA, A. C.; LIMA, J. P.R. *Programas de Desenvolvimento Local na Região Nordeste do Brasil: Uma avaliação preliminar da “Guerra Fiscal”* in Anais do XIII Encontro Regional Anpec/BNB, Fortaleza, 2008.

As exportações. O desempenho econômico no Nordeste pode também ser avaliado pela dinâmica alcançada pelo setor exportador. Entre os anos de 2000 e 2007, as vendas externas nordestinas triplicaram de valor, alcançando, em vários anos deste período, taxas mais elevadas que a média nacional, num ritmo que pode ser explicado tanto pela valorização internacional das *commodities* presentes na pauta tradicional (açúcar, cacau, fumo, etc.), como na ampliação da participação de novos setores industriais e agrícolas.

O incremento no valor das exportações regionais está relacionado, principalmente, à mudança na pauta de produtos, com maior participação daqueles de valor agregado elevado. A participação de produtos manufaturados ou semi-manufaturados, tais como os dos setores automotivo, petroquímico, siderúrgico, calçadista, têxtil e de papel e celulose, revela as mudanças estruturais ocorridas no perfil da produção industrial nordestina nos últimos anos. Entretanto, não são apenas os setores industriais urbanos que pesam nessa modificação de perfil. As indústrias do agronegócio destacam-se pela forte presença em segmentos que vêm apresentando resultados crescentes, a exemplo da fruticultura irrigada e do complexo da soja, localizados, basicamente, no Vale do São Francisco e Vale do Açu e no cerrado dos estados da Bahia, Maranhão e Piauí. A tendência geral da economia nordestina é a de enviar para o exterior cada vez menos produtos básicos. No ano passado, para um total exportado de US\$13 bilhões, o Nordeste alcançou a cifra de US\$ 10,3 bilhões em produtos industrializados.

NORDESTE: EXPORTAÇÕES 1999/2007

Ano	Básicos	Industrializados (A+B)	Semimanufaturados (A)	Manufaturados (B)	Operações Especiais	TOTAL
1999	545.428	2.765.602	1.322.620	1.442.983	44.475	3.355.505
2000	738.187	3.215.350	1.461.589	1.753.761	72.621	4.026.157
2001	804.741	3.307.854	1.354.615	1.953.238	75.187	4.187.781
2002	948.178	3.648.705	1.395.065	2.253.641	58.684	4.655.567
2003	1.436.565	4.618.029	1.563.227	3.054.802	57.517	6.112.111
2004	2.038.457	5.925.179	1.959.737	3.965.442	79.649	8.043.285
2005	2.560.890	7.871.911	2.481.239	5.390.672	128.339	10.561.141
2006	2.067.610	9.429.741	3.492.671	5.937.071	131.775	11.629.126
2007	2.605.318	10.303.887	4.029.620	6.274.267	177.038	13.086.243

Fonte: MDIC (2008)

Na última década, a balança comercial do Nordeste apresentou duas etapas distintas: a primeira (1998/2002) com exportações crescentes, mas ainda com saldo negativo; e a segunda, a partir de 2003, com elevação dos valores exportados, conseguindo saldos positivos, mas com tendência decrescente, a partir de 2006, em função do aumento das importações.

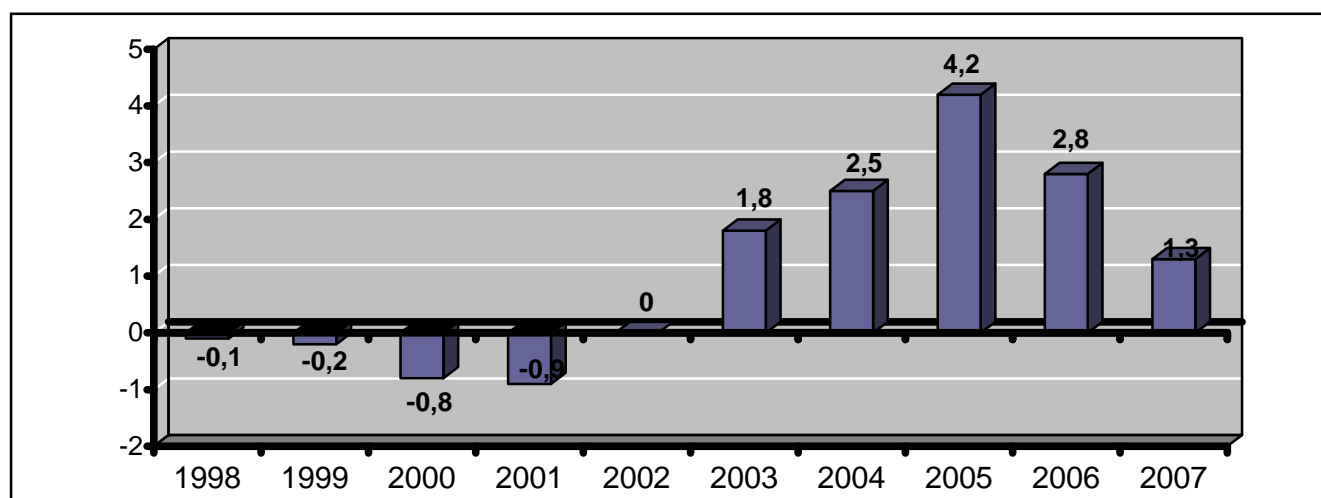


Gráfico1 – Nordeste - Balança Comercial 1998/2007 (US\$ bi)

Fonte: MDIC (2008)

Na década de 1990, a região desenvolveu pólos têxteis e calçadistas. Os resultados desses investimentos podem ser medidos pelo volume exportado nos anos mais recentes. Os produtores nordestinos, beneficiados pela instalação de novas plantas industriais ou pela transferência de empresas do Sul e Sudeste, contam hoje com um conjunto de cinco centenas de fábricas, e estão na disputa pela liderança na exportação de sapatos do Brasil. O Rio Grande do Sul, que respondia por 70,7% do volume exportado em 2001, caiu para 45,3%, em 2006. Enquanto isso, no mesmo período, os estados nordestinos (Ceará, Paraíba, Bahia, Pernambuco e Sergipe) subiram a participação de 16,5% para 42,6% (MDIC, 2008). O Nordeste possui também um parque têxtil, instalado principalmente nos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco, que subiu sua participação na produção nacional de 13,3%, em 1990, para 18,5%, em 2005 (EMBRAPA, 2008).

No entanto, a modernização setorial não é apenas urbana. Os novos segmentos do agronegócio cresceram nos últimos anos. A fruticultura irrigada do Pólo Petrolina-Juazeiro permite tanto a exportação de frutas tropicais como a existência das vinícolas competitivas. Por outro lado, Sergipe transformou-se no segundo produtor nacional de laranja; na região dos cerrados dos estados da Bahia, Maranhão e Piauí, o Nordeste voltou a ser a segunda região nacional produtora de algodão, e, desde 2002, a cultura da soja ultrapassou, em área plantada, a tradicional e ainda expressiva cana-de-açúcar.

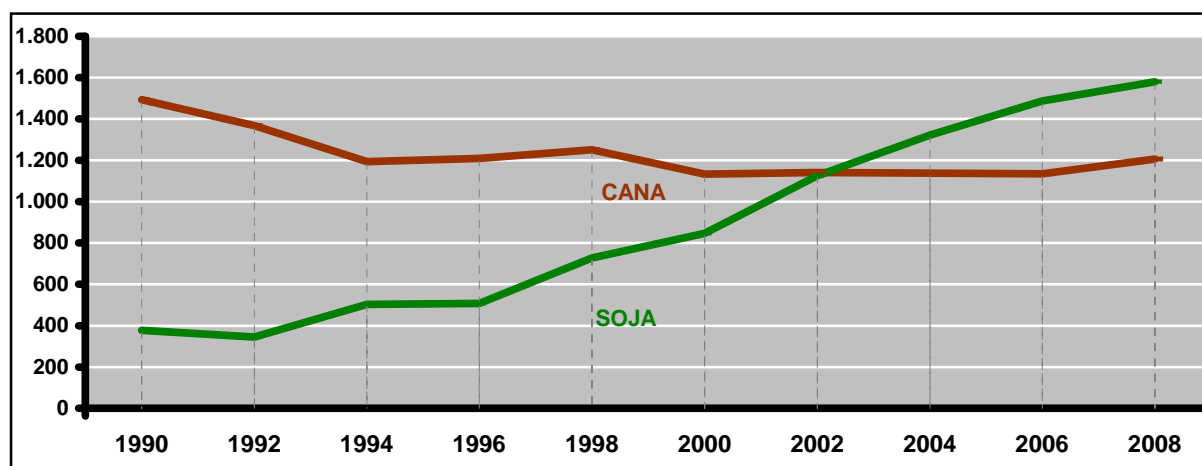


Gráfico 2 – Nordeste - área plantada de cana-de-açúcar e soja (em mil ha.)

Fonte: IBGE e CONAB (2008)

Até mesmo setores tradicionais, como o da cana-de-açúcar, vêm apresentando um desempenho mais dinâmico. Concentrado em Alagoas e Pernambuco, o setor sucroalcooleiro nordestino desenvolveu, na década de 1990, um processo de reestruturação produtiva que, adotando novas estratégias competitivas, conseguiu superar tanto as adversidades de um mercado recentemente desregulamentado como as dificuldades decorrentes do novo ambiente institucional. Na década atual, esse processo vem apresentando novidades. O setor reafirmou a estratégia empresarial e o foco de negócio no sentido do crescimento especializado da produção: aperfeiçoou sua matriz produtiva com alguns novos itens, aproveitando o álcool e a co-geração de energia como novos eixos dessa matriz; incorporou as tecnologias industriais e agrícolas, melhorando a infra-estrutura produtiva; e redefiniu o apoio estatal, com a centralidade nos créditos para novos investimentos. O resultado é uma produção regional bem maior de álcool e açúcar, com melhor desempenho nas exportações, e um processo de capitalização que permitiu tanto a expansão de unidades no próprio Nordeste como a construção de um setor externo, localizado basicamente no Sudeste, capaz de gerar uma produção equivalente a 50% da nordestina.

ALAGOAS/PERNAMBUCO: PRODUÇÃO DO SETOR SUCROALCOOLEIRO (1999/2007)

	Safra 1999/2000	Safra 2007/2008
Cana (toneladas)	32.557.440	48.360.028
Área plantada (ha)	820.000	783.000
Açúcar (sacos de 50 kg)	41.430.160	84.477.780
Álcool (m3)	890.171	1.247.074
Exportações (US\$)	290.248.065	818.258.815

Fonte: Sindicato do Açúcar/AL (2008) e MDIC (2008)

Energia. Outro indicativo para a análise da atual fase da economia nordestina é o consumo de energia elétrica. Tal como as demais regiões brasileiras, o Nordeste se viu afetado pela crise energética de 2001, reduzindo drasticamente seu consumo. No entanto, entre os anos de 2001 e 2008, a carga média anual, medida mensalmente pela Operadora Nacional do Sistema Elétrico (ONS) cresceu quase 50%, demonstrando uma forte reativação da economia. Para a ONS, os resultados positivos nas taxas médias anuais da carga de energia do Subsistema Nordeste – com variações de 6,8%, em 2005; 3,3%, em 2006; e 4,5%, em 2007 – foram impulsionados, principalmente, pelas atividades econômicas voltadas para o mercado interno, em virtude do aumento da renda da população (ONS, 2008). Segundo a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), esse ritmo de incremento no consumo de energia elétrica residencial fez com que, este ano, o Nordeste ultrapassasse a região Sul, que historicamente sempre foi superior.

Turismo. Um dos setores mais significativos que vem impulsionando a economia nordestina é o turismo. Construções de hotéis e investimentos estatais em infra-estrutura, como os do Prodetur (US\$ 840 milhões), resultaram num crescimento do fluxo de turistas brasileiros e estrangeiros nas cidades nordestinas, especialmente as litorâneas. O volume de passageiros nos aeroportos da região cresceu em 90%, entre 2003 e 2007. É esse fluxo turístico que explica a realização e o anúncio de novos investimentos pelos grupos hoteleiros e imobiliários internacionais. A soma dos projetos portugueses e espanhóis alcança R\$ 3,7 bilhões, e a previsão para os próximos anos é de R\$4,9 bilhões em 66 projetos de hotéis e resorts na região (Anuário Exame 2007/2008).

Perspectivas. O Nordeste atravessa uma fase de crescimento que pode ser analisada pelo volume de investimentos anunciados ou em implantação. Nos estados, os empreendimentos privados e os recursos federais, agora sistematizados sob a égide do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), apontam para a continuidade, nos próximos anos, dessa etapa de desenvolvimento. O desempenho desigual dos estados nas décadas anteriores, analisado por Lima (2006), parece ter continuidade e, desta vez, Pernambuco é o destino dos maiores negócios regionais (LIMA; SICSÚ; PADILHA 2008). No entanto, os projetos de caráter regional, como a ferrovia Transnordestina, conectada aos portos de Pecém (CE) e Suape (PE); a transposição do rio São Francisco e a duplicação da BR-101, estão vinculados aos investimentos programados em empresas de grande porte (siderúrgica, refinaria, estaleiro, unidade de poliéster, resorts); e o desenvolvimento de projetos industriais implantados, como o automobilístico, químico, papel e celulose, têxteis, calçados e agronegócio, espalhando seus efeitos pelas demais unidades, permite antever, para os próximos anos, um desempenho acima da média de outras regiões (DOMINGUES; VIANA; OLIVEIRA, 2008).

AS RAZÕES DA RENDA. Nesta atual fase de crescimento, a economia dos estados nordestinos vem sendo impulsionada pelos setores privados, que comandam a elevação das exportações, respondem pelo aumento do consumo de energia, dinamizam o turismo e favorecem a geração de emprego. No entanto, os setores privados têm um importante aliado, que são os recursos federais destinados à região que dão um novo padrão a esse novo período. A presença federal por meio das aplicações nas atividades permanentes, como educação e saúde, investimentos produtivos (microcrédito, Pronaf) combinada aos recursos para os programas de transferência direta, somam valores que representam um percentual significativo no PIB de cada uma das unidades nordestinas e de seus municípios.

A relação entre o valor da arrecadação dos impostos e das contribuições federais no Nordeste (IPI, IR, Cide, etc.) e a soma das transferências constitucionais (FPE, Fundeb, Lei Kandir, etc.), mais os recursos das transferências voluntárias e dos programas nacionais para a região, pode ser exemplificada

nas contas de 2007. Para uma arrecadação federal de 24,4 bilhões de reais no Nordeste, a União transferiu 58,6 bilhões de reais, gerando um saldo líquido de 34,2 bilhões de reais favorável à região. Para efeitos comparativos, na última coluna do quadro abaixo, estão registrados os valores arrecadados de ICMS em cada um dos estados. Das nove unidades, apenas Bahia e Pernambuco arrecadam mais impostos estaduais que o saldo entre a receita federal e as transferências para os estados.

NORDESTE: TRANSFERÊNCIAS E ARRECADAÇÃO FEDERAL (2007)

UF	TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	ARRECADAÇÃO NO ESTADO	SALDO	ICMS ARRECADADO
AL	4.148.360.327,31	783.623.561	3.364.736.766,31	1.401.858.000
BA	13.337.605.045,73	8.720.104.481	4.617.500.564,73	8.940.621.000
CE	8.608.709.823,11	3.928.745.173	4.679.964.650,11	3.917.618.000
MA	7.493.150.092,76	1.791.570.942	5.701.579.150,76	2.003.109.000
PB	4.868.401.703,55	975.029.014	3.893.372.689,55	1.677.914.000
PE	8.210.063.735,75	5.658.376.711	2.551.687.024,75	5.415.683.000
PI	4.330.067.251,62	619.298.268	3.710.768.983,62	1.176.108.000
RN	4.325.771.267,29	1.112.241.565	3.213.529.702,29	2.006.233.000
SE	3.279.973.350,20	824.732.036	2.455.241.314,20	1.204.150.000
NE	58.602.102.597,32	24.413.721.751	34.188.380.846,32	27.743.294.000

Fonte: Ministério da Fazenda e CGU (2008).

Essas transferências são significativas, também, porque incidem em uma região caracterizadamente pobre e urbanizada recentemente. O perfil de renda da população nordestina com mais de 10 anos reproduz o traço mais forte da economia regional, a sua pobreza: 40,8% dos habitantes possui uma renda abaixo de meio salário mínimo, e 28,1% entre meio e um salário, ou seja, mais de dois terços recebem menos que um piso nacional; no outro pólo, apenas 12,4% possuem renda acima de dois salários mínimos.

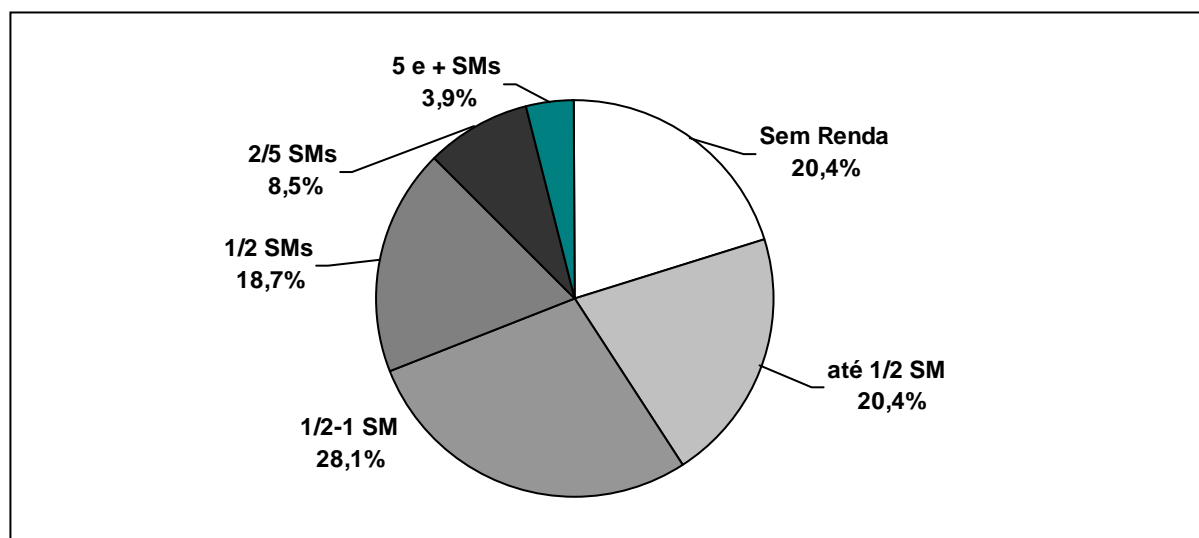


Gráfico 3 – Nordeste - pessoas com mais de 10 anos (2006)

Fonte: IBGE/PNAD (2007)

Nas últimas três décadas, a região Nordeste urbanizou-se rapidamente. A migração rural e o crescimento acelerado transformaram, majoritariamente, a população nordestina em cidadina. No entanto, apesar desse novo perfil, a população rural de 14,6 milhões de pessoas continua significativa, representando quase metade dos 31 milhões de habitantes da área rural brasileira (IBGE, 2007).

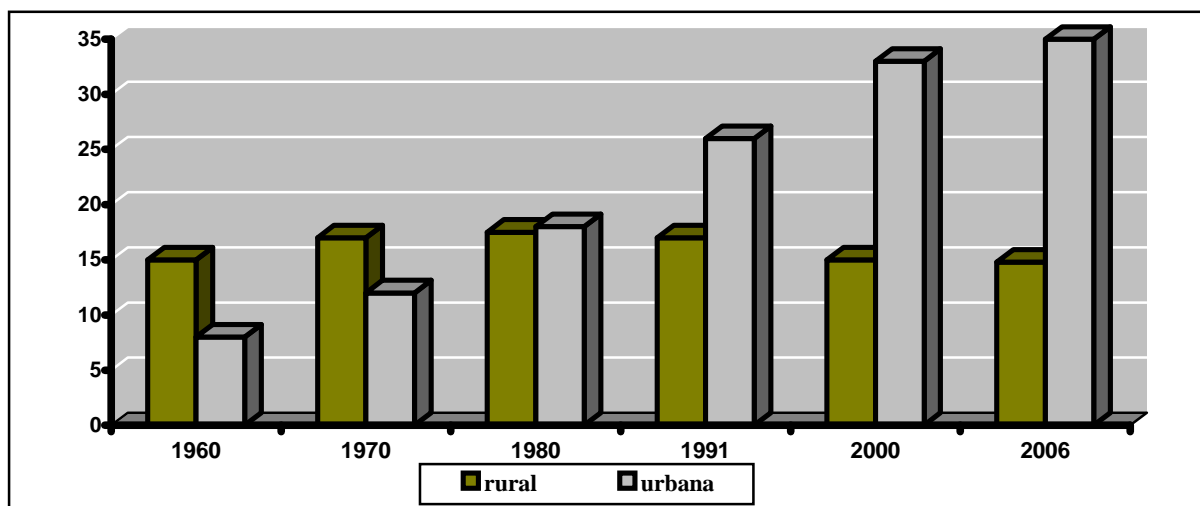


Gráfico 4 – Nordeste - evolução da população 1960/2006

Fonte: IBGE (2008)

O salário mínimo. Com um perfil pobre e urbano, possui mais da metade dos trabalhadores brasileiros que recebem o piso salarial nacional. Enquanto 35,9% dos trabalhadores do país vivem com esse rendimento, na região, essa fatia sobe para 62,1%, de acordo com a PNAD/IBGE (2006). Portanto, toda e qualquer elevação no valor desse piso provoca alterações no poder de compra da maioria dos seus assalariados. Como, na última década (1999/2008), o salário mínimo no país teve um aumento nominal de 200%, com períodos de crescimento real (descontada a inflação) significativos – 20,8% entre 1999 e 2002; 25,3% entre 2003 e 2006; e 9,3%, nos dois últimos anos –, o Nordeste foi diretamente beneficiado.

No período 2001/2008, a combinação de aumentos regulares do salário mínimo mais o controle inflacionário, redução dos preços dos produtos agrícolas e taxa de câmbio favorável às importações de produtos de consumo popular, permitiu uma queda no valor da cesta básica em todo o país, especialmente nessa região. Com isso, parte do dinheiro comprometido com alimentação foi liberado, aumentando, assim, a capacidade aquisitiva dos trabalhadores assalariados e dos beneficiários da Previdência que têm no salário mínimo sua referência de renda.

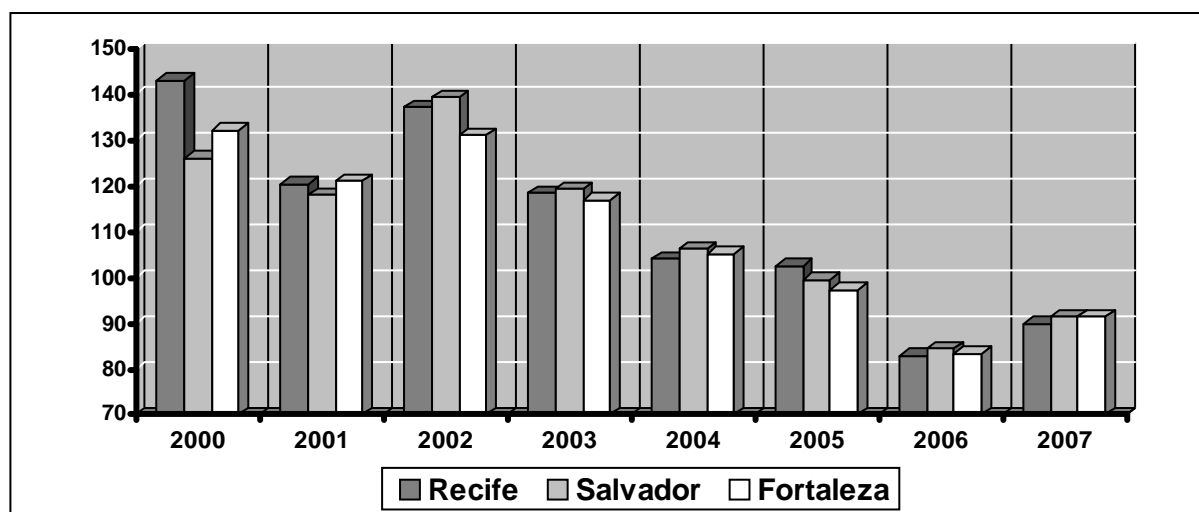


Gráfico 5 – Nordeste – tempo de trabalho para a cesta básica 2000/2007 (em horas)

Fonte: DIEESE (2008)

Previdência. Pelo número de beneficiários, capilaridade e volume de recursos, a Previdência Social é outro elemento que exerce uma importante influência na economia regional, especialmente nos municípios menores e nas áreas mais pobres, como o Semi-Árido. Nesta última década, o número de segurados tem crescido regularmente no Nordeste. Entre o período 1999 e 2007, 1,7 milhão de novos benefícios entraram em vigor, sendo que, destes, 800 mil foram para aposentadorias rurais.

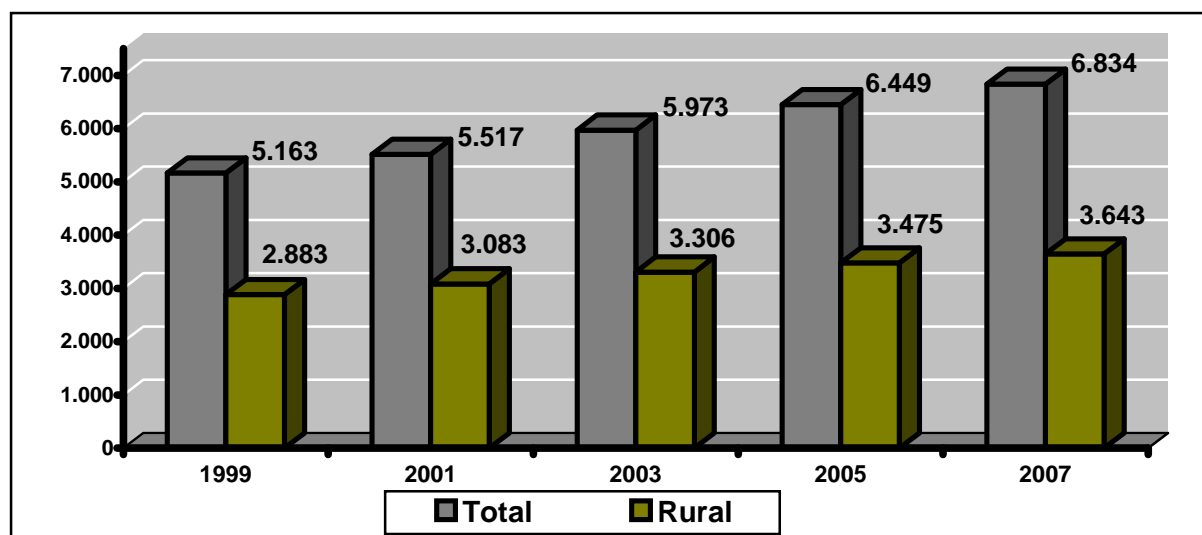


Gráfico 6 – Nordeste – cobertura da previdência social 1999/2007 (em mil)

Fonte: INSS (2008)

Entre os anos de 1999 e 2007, o valor médio dos seguros, acompanhando a elevação do salário mínimo, teve um crescimento nominal de 130% no valor geral, 110% no benefício urbano e 140% no valor do pagamento feito aos beneficiários do segmento rural. Esse valor é significativo para o campo nordestino, na medida em que, embora represente apenas 28% da população brasileira, o Nordeste detém 46% da população economicamente ativa (PEA) agrícola do Brasil (IBGE, 2008).

NORDESTE: VALOR MÉDIO DOS BENEFÍCIOS (1999/2007)

ANO	VALOR GERAL	URBANO	RURAL
1999	181,35	239,09	135,71
2001	229,75	253,16	179,68
2003	307,95	293,05	239,32
2005	357,52	443,15	284,22
2007	420,25	510,34	341,37

Fonte: INSS (2008)

Nos últimos anos, 6,8 milhões de segurados pelo INSS foram favorecidos pelos reajustes acima da inflação para o salário mínimo, valor referência de 85% das aposentadorias. A Previdência apresenta outra característica positiva à economia do Nordeste: para uma folha de pagamento anual de 36,2 bilhões de reais (em 2007), a arrecadação na região foi de R\$ 12,9 bilhões, o que significa um saldo líquido de 23,3 bilhões de reais transferidos de outras regiões para o Nordeste. A arrecadação anual nordestina para o INSS corresponde a 35,7% dos pagamentos realizados a título de pensões e aposentadorias no mesmo período. Os pagamentos do INSS superam o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em 70% das localidades, e a receita do INSS em 90% dos municípios é menor que o valor dos benefícios pagos, caracterizando-os assim como “municípios previdenciários”. Nos anos de 2002 e 2003, o valor dos pagamentos da Previdência representava 11% do PIB regional nordestino (INSS, 2008).

NORDESTE: PREVIDÊNCIA SOCIAL (2007)

ESTADOS	PAGAMENTOS	RECEBIDO	%
Bahia	10.165.742.096,16	3.986.828.133	39,0%
Pernambuco	6.615.986.331,78	2.446.548.878	37,0%
Ceará	5.632.311.006,06	2.168.004.551	38,5%
Maranhão	3.461.721.646,98	766.730.173	22,1%
Paraíba	2.871.140.991,95	775.758.787	27,0%
Rio Grande Norte	2.288.253.501,54	956.676.676	41,8%
Piauí	1.993.078.733,51	480.830.233	24,0%
Alagoas	1.874.922.609,25	636.812.079	33,9%
Sergipe	1.289.679.662,00	693.805.465	53,7%
NORDESTE	36.192.836.579,23	12.911.994.975	35,7%

Fonte: INSS (2008)

A Previdência executa um amplo programa de transferência de renda, tanto das regiões mais ricas para as mais pobres como também dos municípios de maior produto para os menos aquinhoados (CAETANO, 2008). No Nordeste, sob todos os aspectos, chega a ser mais importante que o Programa Bolsa Família (PBF): possui 1,3 milhão de beneficiários a mais que o PBF, e dos 6,8 milhões de beneficiários, 6 milhões recebem um salário mínimo (790 mil recebem entre um e cinco salários e apenas 67 mil recebem o equivalente a cinco ou mais salários). Importa destacar que, além de pagar a previdência rural de 3,6 milhões de beneficiários, o INSS é responsável pela operacionalização do Benefício de Prestação Continuada (BPC) a quase um milhão de pessoas. O BPC é um direito que consiste no pagamento de um salário mínimo a pessoas de 65 anos ou mais e a pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente. Em ambos os casos, a renda per capita familiar chega a ser inferior a ¼ do salário mínimo. Na região nordestina, são 970 mil pessoas beneficiárias. Portanto, a Previdência cobre um número maior de famílias, e os recursos anuais são quatro vezes maiores que os do Programa Bolsa Família.

Bolsa Família. O Nordeste possui metade das famílias pobres e dos indigentes do Brasil. Por esta razão, metade do contingente inserido no Programa Bolsa Família se encontra nos estados nordestinos. Segundo a PNAD 2006, a região tem o percentual mais elevado (35,9%) de domicílios em que algum morador recebeu dinheiro de programa social de transferência de renda. Uma em cada três famílias nordestinas, de acordo com a pesquisa, recebia o PBF, em 2006. Na pesquisa anterior, referente a 2004, o Nordeste já liderava o *ranking* de recebimento de benefícios por domicílio, com índice de 32% (IBGE, 2005).

NORDESTE: PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA (2004/2008)

ESTADOS	FAMILIAS (mil)		VALOR MENSAL (R\$ milhões)	
	2004	2008	2004	2008
Bahia	519,3	1.411,4	38,6	114,0
Pernambuco	287,3	913,9	21,0	72,6
Ceará	393,5	897,7	29,2	71,5
Maranhão	268,8	735,3	20,8	63,7
Paraíba	180,6	415,9	13,4	33,1
Rio Grande Norte	130,5	300,6	9,3	23,0
Piauí	159,3	368,2	12,1	30,2
Alagoas	127,6	353,2	9,8	28,0
Sergipe	64,0	185,3	4,9	15,4
NORDESTE	2.130,9	5.581,5	159,1	451,5

Fonte: MDS (2008)

A rede de seguridade social. A dimensão dos programas de transferências diretas de renda e da Previdência Social no Nordeste pode ser avaliada pelo número de famílias contempladas. Admitindo que o público-alvo de cada programa (previdenciário ou transferência direta) possui renda diferenciada e, portanto, possui perfil distinto, pode-se afirmar, com segurança, que a combinação da rede de seguridade social formada pela Previdência, Bolsa Família e demais programas cobre mais de dois terços das 14,5 milhões de famílias nordestinas.

NORDESTE: TOTAL DE FAMÍLIAS E COBERTURA PREVIDENCIÁRIA E DO BOLSA FAMÍLIA (2008)

ESTADO	No de FAMÍLIAS	BOLSA FAMÍLIA	PREVIDÊNCIA
Maranhão	1.606.790	735.299	715.762
Piauí	840.652	368.224	448.557
Ceará	2.279.713	897.698	1.099.756
Rio Grande do Norte	872.088	300.574	438.476
Paraíba	1.037.454	415.859	567.655
Pernambuco	2.455.967	913.962	1.189.854
Alagoas	840.095	353.182	368.619
Sergipe	576.166	185.293	231.225
Bahia	4.027.594	1.411.376	1.815.360
NORDESTE	14.536.519	5.581.467	6.875.264

Fonte: IBGE, MDS e INSS (2008).

A importância da rede de seguridade social no Nordeste para a formação da renda regional pode ser compreendida por uma simples comparação entre a renda gerada na principal atividade assalariada agrícola (corte da cana) e o pagamento do seguro desemprego, realizado pelo Ministério do Trabalho com recursos do FAT/Fundo de Amparo ao Trabalhador. A região produz, em média, 60 milhões de toneladas de cana por ano. A safra da cana-de-açúcar mobiliza, anualmente, cerca de 150 mil trabalhadores assalariados nos nove estados produtores. Para cada tonelada de cana cortada, um trabalhador recebe o valor de R\$3,00, o que significa um montante de R\$180 milhões por safra. O seguro desemprego, um benefício pago ao empregado demitido sem justa causa, alcança, no Nordeste, o montante de R\$2 bilhões por ano.

O programa Bolsa Família transfere, nos dois maiores estados produtores (Alagoas e Pernambuco, responsáveis por 48 das 60 milhões toneladas de cana), um volume anual de R\$1,2 bilhão. A renda pelo corte da cana equivale a soma de R\$144 milhões. Oito vezes menos. Nenhum setor econômico nordestino – industrial, agrícola ou serviços – produz um volume de renda tão alto, nem consegue se aproximar da renda gerada pelos programas federais ao longo do ano.

NORDESTE: SEGURO DESEMPREGO (2001/2007)

ANO	REQUERENTES	VALOR (R\$)
2001	725.980	713.620.058,47
2003	785.668	1.014.380.395,12
2005	833.885	1.341.994.215,99
2007	992.906	2.016.772.312,84

Fonte: MTE (2008)

O CONSUMO POPULAR. O mercado regional nordestino, assim como o brasileiro, vem atravessando um novo momento financeiro marcado pela combinação, por um lado, de um cenário nacional favorável, com a recuperação da renda dos assalariados, elevação do número de trabalhadores com carteira assinada e a ampliação das transferências; por outro, conta com as inovações do processo de bancarização, que vem facilitando o acesso ao crédito. Conta também com a presença do crédito

consignado para assalariados e beneficiários da previdência social, e a ampliação do microcrédito produtivo.

A bancarização. O acesso facilitado à rede bancária, por meio da abertura de uma conta simplificada (sem comprovação de renda ou depósito mínimo) e o uso de cartão de débito cresceram numa média mais alta que a forma tradicional de bancarização. Incorporando os chamados segmentos de baixa renda, o sistema financeiro ampliou consideravelmente o número de pessoas com acesso a esse serviço. O Nordeste, pelas características da população, foi a região mais beneficiada.

Numa pesquisa recente, intitulada "Indicadores do Mercado de Meios Eletrônicos de Pagamento", o Banco Itaú demonstra que a região Nordeste liderou o aumento da circulação de cartões de crédito no país entre 2003 e 2007. De acordo com o levantamento, esse crescimento foi, no período, de 140,9%, enquanto a alta média no Brasil chegou a 105,5%, saltando de 10,7 milhões de cartões para 25,8 milhões; uma taxa que supera a do Sudeste (94,3%) e a do Sul (99,6%). Em 2003, enquanto se concentrava, no Sudeste, 63% do faturamento dos cartões de crédito, hoje a participação da região está em 56,5%; no Centro-Oeste, subiu de 5,7% para 7,4% do total; no Norte, de 5,2% para 5,8%; no Sul, 7,3% para 8%; e no Nordeste, essa subida foi de 18,7% para 22,4% (BANCO ITAÚ, 2008).

Crédito consignado. Outra novidade no mercado financeiro é o crédito descontado em folha. O novo produto financeiro, com taxas de juros menores e facilidades nos prazos, encontrou terreno fértil no Nordeste. Os trabalhadores formais – assalariados do setor privado e do funcionalismo público – formam um contingente de 6,2 milhões de clientes em potencial. Somam-se a esse contingente, os 6,8 milhões de segurados da previdência. A importância desse novo instrumento financeiro para a renda regional pode ser dimensionada pela rápida ampliação do volume emprestado pelos bancos e pelas financeiras aos beneficiários do INSS, que foi multiplicado por vinte vezes entre 2004 e 2007.

NORDESTE: CRÉDITO CONSIGNADO/INSS (2004/2007)

ESTADOS	2004		2007	
	CONTRATOS	VALORES	CONTRATOS	VALORES
Alagoas	11.238	24.973.854,12	314.304	392.983.449,84
Bahia	40.992	111.839.163,52	1.584.107	1.889.590.310,54
Ceará	20.729	41.797.596,76	950.058	1.104.317.311,89
Maranhão	12.458	25.397.749,40	578.323	784.040.773,46
Paraíba	10.283	21.134.782,47	459.896	584.778.792,10
Pernambuco	26.640	71.929.935,92	1.137.457	1.395.676.966,61
Piauí	8.559	15.991.736,14	323.621	424.896.980,73
Rio G. Norte	10.922	23.087.090,65	389.531	476.382.254,17
Sergipe	3.960	10.058.898,78	181.758	230.983.799,57
NORDESTE	145.781	346.210.807,76	5.919.055	7.283.650.638,91

Fonte: INSS (2008)

O microcrédito. Mas não é somente no segmento do crédito ao consumo que o Nordeste se destaca. A região conta com o maior programa de microcrédito produtivo da América Latina, o Crediamigo, que ocupa 60% do mercado nacional deste tipo de crédito. Em dez anos de atuação, o Programa já realizou mais de 4 milhões de operações de crédito, atendendo 766,5 mil clientes. Analisando a atuação do programa entre 1997 e 2003, o “Estudo do Perfil Sócio-Econômico dos Clientes do Crediamigo do BNB”, publicado pelo Centro de Políticas Sociais do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV), concluiu que o acesso ao crédito na região Nordeste subiu de 3,97% para 6,27%, enquanto nas outras áreas urbanas brasileiras passou de 5,34% para 5,99%; e que mais da metade (60,8%) dos clientes do Programa saíram da linha da pobreza e deixaram para trás a condição de miserabilidade (NERI, 2008).

A importância financeira do Crediamigo para a economia nordestina foi reafirmada na edição de março deste ano da revista *Desafios*, do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), que dedica sete páginas da seção “melhores práticas” à análise do Programa do BNB, que formou “uma legião de microempreendedores” em 1,4 mil municípios nordestinos (IPEA, 2008).

O consumo. A combinação entre o crescimento econômico regional, a formalização de 1,8 milhões de trabalhadores, a ampliação das transferências, os aumentos reais do salário mínimo, a queda no valor da cesta básica e a maior facilidade de acesso ao crédito com a entrada dos novos meios financeiros gerou uma recuperação da renda dos assalariados e dos segmentos mais pobres da população e a conseqüente entrada de milhões de novos consumidores no mercado. O resultado disso é a elevação do consumo popular na região Nordeste, nos anos mais recentes. Talvez esta seja uma das maiores evidências dessa fase do crescimento regional.

Os resultados mensais da Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE, registraram um salto no consumo regional que vem se sustentando desde 2004. Todos os estados nordestinos vêm obtendo os melhores índices dessa série histórica. O Nordeste, com seus 51 milhões de habitantes, transformou-se num atraente mercado consumidor e, por isso, vem recebendo investimentos das cadeias de supermercados, dos grandes grupos produtores de alimentos e das imobiliárias nacionais.

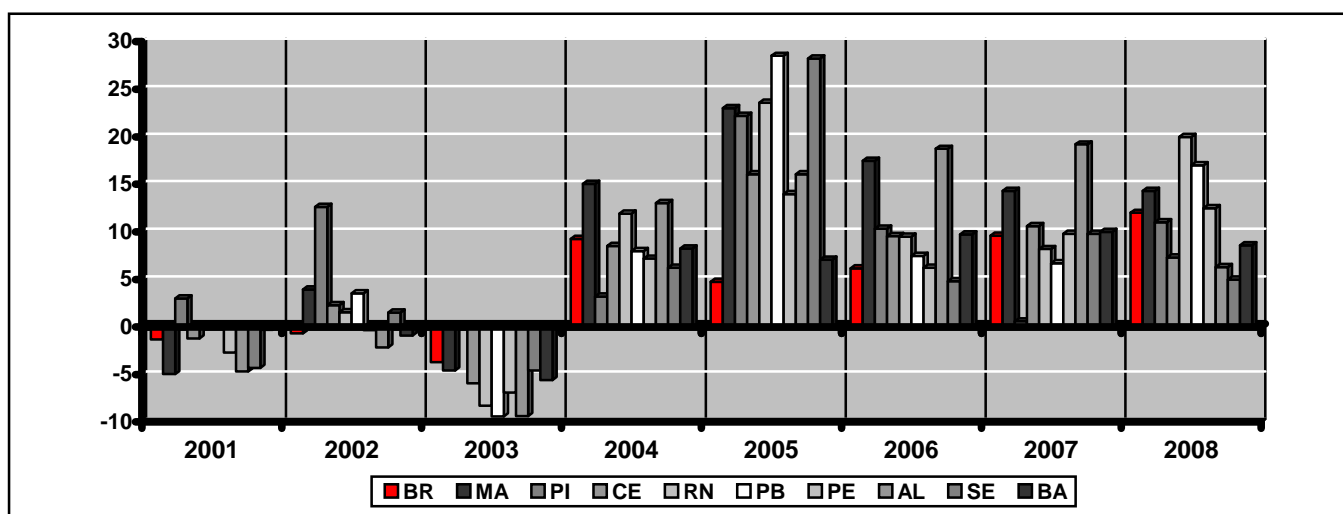


Gráfico 7 – Nordeste – consumo no varejo 2001/2008 (média anual)

Fonte: IBGE (2008)

O novo padrão de consumo está centrado em itens básicos, os bens não-duráveis, sensíveis à renda, nos setores de alimentação, vestuário, remédio e produto de higiene e limpeza. Com a renda crescente por um período mais longo, outros produtos e serviços, como a telefonia móvel e os transportes se incorporam à dinâmica do consumo regional. O Nordeste é hoje o mercado de maior expansão para a telefonia celular pré-paga, saltando de 3,4 milhões de celulares, em 2001, para 27,2 milhões, em 2008 (ANATEL, 2008). Nesta mesma direção, aparecem os itens considerados fora da categoria “básica”, os bens sensíveis ao crédito, como os meios de transporte individuais. As vendas de automóvel, e, principalmente, de motocicletas, apontam para uma expansão da frota de automotivos no Nordeste entre 2000 e 2008, triplicando o número de motos e aumentando em 50% a quantidade de automóveis (DENATRAN, 2008).

A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES. O Nordeste continua sendo a região brasileira com os indicadores sociais mais problemáticos, resultado da sua pobreza econômica, combinada com uma estrutura fundiária carente de modernização e com disparidades na distribuição da renda. No entanto, nos últimos anos, os índices de desigualdade social na região parecem apontar para a coincidência entre crescimento econômico e queda das assimetrias sociais. No entanto, as mudanças ainda estão distantes do ritmo necessário para aproximar, no curto prazo, com os níveis de renda das demais regiões.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1995 a 2005, apresentou, no ano passado, o *Índice de Desenvolvimento Social BNDES*. Nessa nova forma de avaliação dos indicadores sociais para o país e regiões, o Nordeste é a região de destaque pelo melhor desempenho na área de educação e saúde, com evolução positiva também em sua renda. Destaque obtido “não só por ter acelerado seu desenvolvimento

social relativamente às outras regiões, mas porque esse desempenho permitiu subir acentuadamente todos os indicadores parciais” (FERREIRA; NORRIS, 2007, p.14).

Recentemente, um estudo comparativo das condições sociais no Brasil, utilizando os dados da PNAD 2006 em relação ao ano anterior, detectou o mesmo fenômeno registrado nos índices anteriores, a diminuição da miséria no Nordeste brasileiro num ritmo que, mantido para os anos subsequentes, poderá alterar por completo a paisagem social da região. A pesquisa “Miséria, Desigualdade e Políticas Públicas” (FGV, 2007) dá destaque à redução do número de miseráveis (pessoas com renda mensal inferior a 125 reais) e do aumento da renda domiciliar, entre os anos de 2005/2006.

NORDESTE: PERFIL DA POBREZA E RENDA DOMICILIAR (2006/2005)

ESTADOS	MISÉRIA			RENDA MÉDIA DOMICILIAR		
	2006	2005	%	2006	2005	%
MA	44,27	49,00	-9,73	251,37	187,96	33,74
PI	40,08	46,47	-13,76	276,09	234,26	17,85
CE	36,05	43,47	-17,07	265,59	246,18	7,89
RN	29,57	35,09	-15,58	326,54	316,82	3,07
PB	30,54	39,18	-22,06	309,41	277,70	11,42
PE	36,77	41,89	-12,22	300,08	274,30	9,40
AL	44,44	50,12	-11,34	274,85	212,39	29,41
SE	30,84	35,81	-13,88	323,12	292,09	10,62
BA	34,72	40,24	-13,71	290,58	255,95	13,53

Fonte: NERI (2008)

Coincidindo com os resultados do BNDES, o Índice de Gini do Nordeste vem apresentando resultados que apontam para uma convergência com o Índice nacional (0,563), mas ainda distantes dos valores médios da região Sul (0,506), Norte (0,521) e Sudeste (0,538).

BRASIL: ÍNDICE DE GINI (2001/2005)

REGIÕES	2002	2004	2006
CENTRO-OESTE	0,595	0,572	0,562
NORTE	0,564	0,539	0,521
SUL	0,530	0,522	0,506
SUDESTE	0,563	0,542	0,538
NORDESTE	0,595	0,583	0,573
BRASIL	0,589	0,572	0,563

Fonte: IPEA (2008)

O estudo “Pobreza e indigência no Brasil, 2001-2005”, realizado para a *Rede de Laboratórios Acadêmicos de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, revela que a rapidez na diminuição da pobreza se deve ao forte combate das desigualdades e ao crescimento maior da renda per capita dos mais pobres. Para os autores do estudo, este melhor desempenho do país e dos estados, entre os anos 2001 e 2005, no que tange à redução da pobreza e indigência “é explicado não apenas pelo crescimento da renda *per capita* dos estados, mas, sobretudo, pelo caráter mais pró-pobre deste crescimento” (SILVEIRA; FERNANDES, 2008). O estudo conclui que, mantendo o ritmo verificado no período de 2001 a 2005, o Brasil e a maioria dos estados (incluindo todos do Nordeste) cumprirão as metas de redução da pobreza e indigência, estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, definidos pela ONU.

BRASIL: EVOLUÇÃO DA INDIGÊNCIA E POBREZA – 2001-2005

REGIÕES	Indigentes 2001 (%)	Indigentes 2005 (%)	Pobres 2001 (%)	Pobres 2005 (%)
NORTE	13,5	7,2	33,4	23,0
NORDESTE	21,4	13,7	45,6	34,8
SUDESTE	7,2	3,6	18,2	11,3
SUL	5,9	3,1	15,8	9,6
CENTRO-OESTE	7,9	4,6	21,8	14,3
BRASIL	12,4	7,6	28,7	20,8

Fonte: PNAD (2006) apud (SILVEIRA; FERNANDES, 2008)

Estes sinais, na década atual, da criação de um novo padrão de crescimento não negam, mas, pelo contrário, afirmam que a questão regional permanece presente e deve ser enfrentada. O Nordeste não é único argumento, mas é o mais importante para se defender, diante do quadro de desigualdades sociais, da crise do federalismo, da guerra fiscal, dos impactos das mudanças tecnológicas, da abertura comercial a “a urgente e imperiosa necessidade de se estabelecer uma nova política de desenvolvimento regional para o país” (CAMPOLINA DINIZ, 2004:39).

E as razões atuais são muitas: o Nordeste com 28% da população tem apenas 13,1% do PIB; sua agricultura, que possui 45% da PEA agrícola nacional, representa tão somente 14% do valor da produção; o Semi-Árido abriga 40% da população da região e apenas 20% do PIB regional; com uma escolaridade da população economicamente ativa de 6 anos de estudo contra 8,5 no Sudeste e 7,6 no Brasil, o Nordeste possui apenas 16% das matrículas no ensino superior do país; diante de uma economia que se internacionaliza, a região apresenta uma acentuada fragilidade na área de ciência e tecnologia que deixa poucas empresas com capacidade de inovar, etc.

No entanto, a nova etapa de desenvolvimento da região parece trazer elementos para a construção do caminho da reversão do quadro desenhado pela economista Tânia Bacelar de Araújo, em 1992, quando, de forma sintética, apontava os traços, construídos ao longo de décadas, pelos quais o Nordeste era identificado como “região-problema”: “Nordeste da seca e da miséria, dos homens-gabirus [...]. Nordeste, berço das "hostes errantes", dos emigrantes que "incham" as cidades do Sul e Sudeste ou "vagam" pelas fronteiras da expansão agrícola ou dos garimpos do Centro-Oeste e do Norte” (ARAÚJO, 1992). Quinze anos depois dessa emblemática descrição, a pesquisa “A migração no Brasil no começo do século XXI: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004” (CUNHA, 2007) revelou um dado histórico diferente: mais nordestinos estão voltando para a sua região de origem do que partindo para São Paulo, o principal destino dos migrantes do Nordeste nas últimas décadas. É um fenômeno conhecido como “migração de retorno”.

Essa nova fase de crescimento, distinta das quatro décadas da anterior “era Sudene”, com crescimento econômico e redução das desigualdades sociais, poderá se constituir num novo capítulo na sua história (se estes indicadores se mantiveram), com outro cenário social e econômico, mais sintonizado com os níveis de desenvolvimento registrados nas outras regiões do país; uma nova fase que, por seus benefícios aos pobres, coloca o Nordeste numa situação mais sintonizada com a música “Volta da Asa Branca” do que com a “Triste partida”, clássicos do cancionário nordestino cantados por Luiz Gonzaga.

CONCLUSÃO

A economia nordestina vem crescendo desde os anos 1960, de forma cada vez mais articulada à realidade brasileira. O período 1960/2000 ficou marcado na economia nordestina pelas taxas positivas de crescimento. As quatro décadas correspondem a etapas distintas desse período: 1960, de expansão; 1970, de continuidade do crescimento; 1980, de desaceleração e 1990, de mais desaceleração e crise. Nos anos 1970/2000, o Nordeste obteve taxas ainda maiores que as nacionais. Esse desempenho econômico foi decorrente de uma combinação de fatores: investimentos públicos e a presença de capitais privados que alteraram o perfil da estrutura produtiva da região na segunda metade do século XX.

No entanto, esse crescimento de décadas seguidas quase não modificou seus traços mais fortes: a desigual distribuição de renda e de terra, indicadores sociais negativos e a concentração espacial da indústria na faixa litorânea. Na década de 1990, houve a diminuição da presença estatal no planejamento e a ausência de uma política regional de desenvolvimento, que tanto permitiu a “guerra fiscal”, uma disputa entre estados para atrair empresas por meio de incentivos fiscais, como colaborou, no final desse período, para o esvaziamento da Sudene, extinta, em 2001, por um decreto federal.

Neste cenário pós-Sudene, o Nordeste brasileiro está obtendo taxas positivas de crescimento econômico combinadas a mudanças em seu quadro social, apontando sinais de um novo padrão de desenvolvimento. Por um lado, os empreendimentos privados aproveitam uma base produtiva mais consistente, um mercado em expansão, proximidade de matéria-prima e do mercado externo e uma infraestrutura com mais qualidade. A região também se beneficia da sua relação financeira com a União. Os recursos federais que chegam, por meio de investimentos em obras e de políticas permanentes como saúde e educação e pelos programas de transferências diretas, movimentam a economia, principalmente à vinculada aos segmentos de menor renda, influenciando, decisivamente, os resultados na área social.

Recentemente, a renda da massa assalariada e dos segmentos mais pobres teve um ritmo maior. No Nordeste, esse fenômeno pode ser explicado pela combinação entre estabilidade financeira da economia nacional e melhor desempenho da economia regional, formalização de um grande contingente de trabalhadores assalariados, ganhos reais do salário mínimo e aumento das transferências de renda.

Combinados a essa evolução, os novos instrumentos financeiros decorrentes da “bancarização”, como a conta simplificada e o cartão de débito, o crédito consignado e o microcrédito produtivo facilitaram o potencial dessa renda. O resultado vem sendo a elevação do consumo, refletida pela Pesquisa Mensal do Comércio, do IBGE, que registra quatro anos de taxas positivas.

O crescimento econômico, aliado à elevação da renda dos assalariados e da população de renda mais baixa, e às políticas sociais mais amplas, gerou um outro fenômeno importante: a diminuição das desigualdades sociais, o traço distintivo desta nova fase de crescimento. O Nordeste obteve entre os anos 2000/2006 diminuições mais rápidas nos seus índices de pobreza e miséria do que nas décadas anteriores, segundo as pesquisas do IBGE, IPEA, FGV, PNUD e BNDES.

No entanto, esse crescimento da região permanece, como décadas atrás, ocorrendo de forma concentrada nas áreas metropolitanas das capitais dos grandes estados, e os efeitos dos projetos industriais da “guerra fiscal” já foram absorvidos pela economia. Por outro lado, o impacto dos aumentos do salário mínimo, que influencia a renda dos assalariados e dos beneficiários da previdência; a dinâmica dos novos instrumentos financeiros e a ampliação dos programas sociais, a exemplo do bolsa-família, tende a perder força na formação dessa renda regional. Para manter a especificidade desta década, que é a combinação do crescimento econômico com a diminuição das desigualdades sociais, o Nordeste necessita desenvolver sua infra-estrutura, concretizando, por exemplo, todos os investimentos agendados no Programa de Aceleração do Crescimento; ampliar as políticas sociais e permanecer atraindo os empreendimentos privados no mesmo ritmo dos últimos anos. Estas parecem ser as singularidades dessa nova etapa de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, J. E.; ARAUJO, J. Um modelo exaurido: a experiência da Sudene in **Revista Teoria e Evidência Econômica**. n.12. v. 23, p.97-128. Passo Fundo:UPF, 2004.
- ARAUJO, T. B. **Nordeste, Nordestes: que Nordeste?** Recife: Fundaj, 2002. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obte013.doc>>. Acesso em 23 abr. 2008.
- _____. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. In **Revista Teoria e Debate** n. 77, mai/jun. São Paulo: FPA, 2008
- BANCO ITAU. **Indicadores do Mercado de Meios Eletrônicos de Pagamento**. RJ: Itaucard, 2008. Disponível em: <http://ww28.itaubr.com.br/imprensnet/img/200712_coletiva_final.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2008.
- BNB/Banco do Nordeste do Brasil. Disponível em: <www.bnb.gov.br>. Acesso em 26 abr.2008.
- _____. **Revista BNB – Conjuntura Econômica**. n.1, vol.1. Fortaleza: BNB, 2005. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/ren.aspx>> Acesso em 21 abr. 2008.
- BNDES/Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/estatisticas/regiao.asp>>. Acesso em 3 mai. 2008.
- BRASIL. ANATEL. Agência Nacional de Telecomunicações. Disponível em: <<http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do>>. Acesso em: 4 mai.2008.
- _____. CONAB/Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/>>. Acesso em 2 mai. 2008.
- _____. CGU/Controladoria Geral da União. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br/index3.asp>>. Acesso em: 21 abr. 2008
- _____. DENATRAN/Departamento Nacional de Trânsito. Disponível em: <<http://www.denatran.gov.br/>>. Acesso em: 5 mai.2008.
- _____. EMBRAPA/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/>>. Aceso em 25 de abr. 2008
- _____. EPE/Empresa de Pesquisa Energética. Disponível em: <[http://www.epe.gov.br/Lists/Estudos/Attachments/25/Apresentação%20-%20Consumo %20 residencial %20de%20energia %20elétrica%20no%20NE.pdf](http://www.epe.gov.br/Lists/Estudos/Attachments/25/Apresentação%20-%20Consumo%20residencial%20de%20energia%20elétrica%20no%20NE.pdf)>
- _____. Infraero. Disponível em: <www.infraero.gov.br>. Acesso em: 24 abr. 2008.
- _____. INSS/Instituto Nacional do Seguro Social. Disponível em: <<http://www.previdencia social.gov.br/docs/pdf/anexo.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2008.
- _____. MDIC/Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2008.
- _____.MDS/Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acesso em 26 abr.2008.
- _____. Ministério da Fazenda. Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 23 abr. 2008.
- _____. MTE/Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, MTE, 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/rais/resultados.asp>>. Acesso em 19 abr.2008.
- CAETANO, M. A. **Previdência Social e Distribuição Regional de Renda**. Texto para Discussão 1318. Brasília: IPEA, 2008
- CAMPOLINA DINIZ, C. O imperativo de uma nova política de desenvolvimento regional para o Brasil. **Revista Bahia Invest** V.2 n. 3, pp.39/44 Salvador: SEI, 2004
- CARDOSO, G.C. **C A atuação do estado no desenvolvimento recente do Nordeste**. João Pessoa; Ed.Universitária, 2007
- CNI/Confederação Nacional da Indústria. **Revista Indústria Brasileira**. N. 86. Encarte Especial “Nordeste”. Brasília: CNI, 2008.
- CUNHA, J. M. P. **A migração no Brasil no começo do século XXI**: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. Brasília: Cepal/BID, 2007. Disponível em: <<http://www.ceclac.org/celade/noticias/paginas/4/28454/MPinto.pdf>>. Acesso em 25 abr. 2008.

DELOITTE/TOHMATSU. **Ambiente de Negócios**. Região Nordeste. São Paulo: Deloitte, 2007. Disponível em: <<http://www.deloitte.com/dtt/cda/doc/content/Ambiente%20de%20Neg%F3cios%20u2013%20Regi%E3o%20Nordeste.pdf>>. Acesso em 29 abr. 2008.

DIEESE/Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/cesta.xml>>. Acesso em 4 mai.2008.

DOMINGUES, E. P.; VIANA, F. D.; OLIVEIRA, H. C. **Investimentos em Infra-estrutura no Nordeste**: projeção de impacto e perspectiva de desenvolvimento. Texto para Discussão n. 319. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2007.

ECONOMIA do Nordeste volta a crescer mais que a do Brasil. **Revista Nordeste Econômico**. N-6, vol.2, Recife: Datamétrica, 2008.

ECONOMIA do Nordeste vive fase dourada, com aumento chinês de consumo. **Revista Veja**, n.1969. 16/08/2006.

FERREIRA, F. M. R.; NORRIS, G. C. Índice de Desenvolvimento Social do BNDES. **Cadernos Visão do Desenvolvimento**. n.29. Rio de Janeiro: BNDES, 2007. Disponível em: <http://www.bnades.gov.br/conhecimento/visao/visao_29.pdf>. Acesso em 28 de abr. 2008.

GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. in **Revista Estudos e Pesquisas**. N.67, p.109-151, Salvador: SEI, 2004.

IBGE **Conta Regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2002_2005/default.shtm>. Acesso em 20 abr. 2008.

_____. **PNAD/Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento /pnad2006/ default.shtm>>. Acesso em 4 mai. 2008.

IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>>. Acesso em: 4 mai.2008

JOSÉ, Emiliano. Novo Nordeste, novas esperanças. in **Revista Carta Capital**. 23/05/2008. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/app/coluna.jsp?a=2&a2=5&i=1018>>

LIMA, J. P.R. Traços Gerais do Desenvolvimento Recente da Economia do Nordeste. In BERNAL, C. (org.) **A Economia do Nordeste na fase contemporânea**. Fortaleza: UFC, 2006.

LIMA, J. P. R.; SICSÚ, A. B.; PADILHA, M. F. F. G.. Economia de Pernambuco: Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n. 4, p.525-541, Fortaleza: BNB, 2007.

NERI, M. **Miséria, desigualdades e políticas de renda**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: <<http://www3.fgv.br/ibrecps/RET3/index.htm>>. Acesso em 23 abr.2008.

_____. **Estudo do perfil Sócio-Econômico dos Clientes do Crediamigo do BNB**. RJ: FGV, 2008. Disponível em: <<http://www3.fgv.br/ibrecps/crediamigo/index.htmwww.fgv.br>>. Acesso em 27 abr. 2008.

NORDESTE: onde o Brasil cresce mais rápido. **Revista Exame**. N.891. 30/04/2007.

NORDESTE tem a força. A região cresce acima da média nacional. **Revista Isto É Dinheiro** n.447, 12/04/2006.

NORTE e Nordeste vivem ciclo de forte crescimento. **Valor Econômico** 18 jul. 2007

ONS/Operador Nacional do Sistema Elétrico. Disponível em: <http://www.ons.org.br/analise_carga_demanda/index.aspx>. Acesso em: 3 mai. 2008.

OS DESAFIOS da indústria hoteleira. **Revista Exame**. Anuário Turismo. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/static/aberto/turismo/anuario_exame_turismo/m0126195.html> Acesso em: 28 abr. 2008

SILVEIRA, R.; FERNANDES, F. C. **Pobreza e Indigência no Brasil. 2001-2005**. Disponível em: <http://www.virtual.pucminas.br/idhs/milenio/pdf/boletim_02.pdf> Acesso em 3 mai. 2008.

UMA legião de microempreendedores. **Revista Desafios**. N.41, mar, 2008. Disponível em: <<http://desafios.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 9 mai. 2008.

VIDAL, B. F. *Considerações em Torno da Validade Atual da Discussão Sobre as Desigualdades Regionais no Brasil* in **Revista Estudos e Pesquisas**. N-67, pp.109-151, Salvador: SEI, 2004.